



INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
DOS SERVIDORES DE DOURADINA-MS - DINAPREV



REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO CURADOR DO INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE DOURADINA – DINAPREV

ATA Nº 008

Data: 19/11/2024
Terça-feira

Horário: 9:00h

Local: Rua Domingos da Silva nº 1250 - Douradina-MS

Membros Presentes:

Deiry Jeanni Clavisso Fogaça – Conselheira
Ivanilda Maria Soares da Silva - Conselheiro
Luciana Costa Orejana – Conselheira
Marcia G. Sanches de Medeiros – Conselheira
Vera Eonice Alves Machado – Conselheira

Pautas

1º ordem – Pagamento de Precatório;

Aos vinte e cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas da manhã na sala de reunião do prédio onde funciona o DINAPREV, situado na Rua Domingos da Silva nº 1250, centro, nesta cidade, realizou-se a Reunião do Conselho Curador do Instituto de Previdência Social dos Servidores de Douradina. Estavam presentes: **CONSELHO CURADOR** - Deiry Jeanni Clavisso Fogaça Almeida – Presidente, Ivanilda Maria Soares da Silva, Luciana Costa Orejana –, Vera Eonice Alves Machado, Marcia G. Sanches de Medeiros. Constatando a existência do quórum legal na forma regimental, declarou aberta a reunião do Conselho Curador. **PAUTA PARA DISCUSSÃO e DELIBERAÇÃO:** Pagamento de Precatório. A Presidente Deiry Jeanni Clavisso Fogaça, agradeceu a presença de todos os conselheiros, após apresentou para os conselheiros o Ofício precatório nº 2724.10/2024 que o DINAPREV recebeu oriundo da condenação proferida no autos do processo nº 0800777-35.2017.8.12.0037, ajuizada por ANTONIO OLIMPIO DA SILVA, onde o mesmo alega que conviveu maritalmente com Francisca Pereira da Silva, servidora municipal, durante o período de mais de 28 (vinte e oito) anos até seu falecimento. Informou que a de cujus tinha a intenção de regularizar a situação (união estável), contudo por desinformação não providenciou a inclusão do requerente como seu dependente para fins de pecúlio, então após seu falecimento, ele não passou a receber qualquer benefício do ente municipal, que possui regime próprio de previdência social (DINAPREV). O autor tentou regularizar a situação administrativamente, mas não obteve êxito. Argumentou que necessita da pensão para sustentar-se, sendo reconhecido como dependente nos termos do art. 226, §3º da CFB, que reconhece a união estável como instituição familiar pela Lei nº 9.278/96. O instituto cumprindo a decisão judicial já colocou o senhor ANTONIO OLIMPIO DA SILVA na folha de pagamento do benefício de pensão, porém diante da condenação proferida nos autos, o Instituto terá que pagar o retroativo que

Rua Domingos da Silva nº 1250- CEP 79880-000- Douradina-MS Fone (67) 3412-1921

E-mail: dinaprevdouradina@hotmail.com dinaprev@douradina.ms.gov.br

Handwritten signature

Handwritten signature




INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
DOS SERVIDORES DE DOURADINA-MS - DINAPREV




virou o precatório no valor atualizado do débito a importância de R\$ 139.067,41 (cento e trinta e nove mil e sessenta e sete reais e quarenta e um centavos). O precatório já se encontra cadastrado junto ao Tribunal de Justiça sob o número 1605934-23.2024.8.12.0000, AGUARDANDO AUTUAÇÃO, no qual entrará no orçamento do Município para pagamento no exercício de 2026. A presidente do conselho Deiry Jeanni Clavisso Fogaça expôs sobre a possibilidade do pagamento e prosseguiu esclarecendo que instituto não possui outros precatórios na fila de pagamento e que diante dos fatos considerando que esse valor é atualizado mensalmente com juros e correção monetária, acha prudente efetuar a atualização e pagar o quanto antes, evitando que o valor atual sofra alterações elevadas acarretando prejuízo ao DINAPREV. Considerando as justificativas apresentadas o conselho aprovou por unanimidade o pagamento do precatório, devendo para tanto fazer a devida reserva orçamentária para o pagamento no ano de 2025, e encaminhará um ofício para a Diretoria do Instituto junto ao setor contábil para que se cumpra a decisão tomada. Não ocorrendo interjeições e concluídos os temas, deu-se por encerrada a reunião, sendo lavrada a presente ata, deliberada e aprovada, através da assinatura dos membros do Conselho Curador presentes ao encontro.


Assinaturas:


Deiry Jeanni Clavisso Fogaça Almeida
Presidente


Ivanilda Maria Soares da Silva
Conselheira


Luciana Costa Orejana
Conselheira


Vera Eonice Alves Machado
Conselheira


Marcia G. Sanches de Medeiros
Conselheira



Ofício precatório nº: 2724.10/2024

Campo Grande, 23 de outubro de 2024.

Senhor Diretor Presidente,

Requisito a Ilustríssimo Senhor, com fundamento no do art. 100, § 5º, da Constituição Federal, a inclusão no orçamento Municipal de 2026 de verba necessária ao pagamento do débito, conforme discriminação a seguir:

Recebimento do precatório: 03/10/2024; Precatório de requisição de pagamento n.º: 1605934-23.2024.8.12.0000; Regime de Pagamento: Regime geral; Execução: 0800777-35.2017.8.12.0037; Requerente: ANTONIO OLIMPIO DA SILVA, CPF n.º: 174.387.991-15; Natureza do crédito: Alimentar; Valor do crédito: R\$ 139.067,41 (cento e trinta e nove mil e sessenta e sete reais e quarenta e um centavos); Subconta: 1004767; Data da última atualização: 23/10/2024; Comarca de origem: Itaporã; Observações: Os pagamentos serão efetuados nos termos da Portaria nº 003/2023.

Sem outro particular para o momento, subscrevo-me atenciosamente,

Des. Dorival Renato Pavan
Vice-Presidente

Ao Senhor

LÚCIO FLÁVIO RAULINO SILVA

DD. Diretor Presidente do Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Douradina/MG
DINAPREV



**REQUERENTE ANTONIO OLIMPIO DA SILVA – EX SERVIDORA FRANCISCA PEREIRA DA SILVA –
QUESTIONAMENTO QUANTO A POSSIBILIDADE PAGAMENTO ANTECIPADO DE PRECATÓRIO**

De Aconprev Consultoria <aconprev.previdencia@hotmail.com>

Data Qui, 14/11/2024 15:52

Para dinaprevdouradina@hotmail.com <dinaprevdouradina@hotmail.com>

1 anexo (65 KB)

INFORMAÇÃO SOBRE O STATUS DO PRECATÓRIO.png;

Senhor Diretor Sr. Lúcio Flávio, boa tarde!

Sirvo-me do presente questionar quanto a possibilidade de pagamento antecipado do precatório oriundo da condenação proferida no autos do processo nº 0800777-35.2017.8.12.0037, ajuizada por ANTONIO OLIMPIO DA SILVA, onde o mesmo alega que conviveu maritalmente com Francisca Pereira da Silva, servidora municipal, durante o período de mais de 28 (vinte e oito) anos até seu falecimento. Informou que a de cujus tinha a intenção de regularizar a situação (união estável), contudo por desinformação não providenciou a inclusão do requerente como seu dependente para fins de pecúlio, então após seu falecimento, ele não passou a receber qualquer benefício do ente municipal, que possui regime próprio de previdência social (DINAPREV). O autor tentou regularizar a situação administrativamente, mas não obteve êxito. Argumentou que necessita da pensão para sustentar-se, sendo reconhecido como dependente nos termos do art. 226, §3º da CFB, que reconhece a união estável como instituição familiar pela Lei nº 9.278/96.

Diante da condenação proferida nos autos, o valor atualizado do débito perfaz atualmente a importância de R\$ 139.067,41 (cento e trinta e nove mil e sessenta e sete reais e quarenta e um centavos), sendo que o precatório já encontra-se cadastrado junto ao Tribunal de Justiça sob o número 1605934-23.2024.8.12.0000, AGUARDANDO AUTUAÇÃO.

Ressalto que o precatório ainda não encontra-se na fila de pagamento deste Instituto, sendo que o mesmo entrará no orçamento do Município para pagamento no exercício de 2026.

Assim, diante das considerações acima, bem como a fim de se evitar que o valor atualmente na importância de R\$ 139.997,50 (cento e trinta e nove mil novecentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos), valor esse atualizado até a data de 14/11/2024, fique ainda maior em razão do computo dos juros e correção monetária, questionamentos quanto à possibilidade de pagamento antecipado do valor da condenação já para o exercício de 2025, devendo para tanto fazer a devida reserva orçamentária para o pagamento do valor.

Caso seja conveniente, o pagamento deve ter autorização do Conselho Curador para que essa assessoria possa emitir a guia e o seu envio do boleto para pagamento.

SEGUE ANEXO A TELA COM A INFORMAÇÕES SOBRE O STATUS DO PRECATÓRIO.

Att.,

André dos Santos
Advogado